

PARECER Nº , DE 2015

Da COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE, em decisão terminativa, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 265, de 2014, do Senador Antonio Carlos Valadares, que *altera a Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997, e a Lei nº 9.984, de 17 de julho de 2000, para incluir exigências quanto à alteração da vazão de reservatórios regularizadores em outorga de direitos de uso de recursos hídricos.*

RELATORA: Senadora **LÍDICE DA MATA**

I – RELATÓRIO

Submete-se ao exame da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA), em decisão terminativa, o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 265, de 2014. De autoria do Senador Antonio Carlos Valadares, a proposição *altera a Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997, e a Lei nº 9.984, de 17 de julho de 2000, para incluir exigências quanto à alteração da vazão de reservatórios regularizadores em outorga de direitos de uso de recursos hídricos.*

O art. 1º do PLS nº 265, de 2014, altera os arts. 13 e 38 da Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997, que institui a Política Nacional de Recursos Hídricos. Essa alteração renumera o *parágrafo único* para parágrafo 1º e acrescenta os parágrafos 2º e 3º, com o objetivo de determinar que a alteração da vazão outorgada nos reservatórios regularizadores depende de consulta prévia ao respectivo Comitê de Bacia



SF/15799.78684-78

Hidrográfica, que fixará o cronograma para a implementação da alteração e que essa implementação deverá ser realizada de forma gradual, com as etapas e níveis definidos pelo respectivo Comitê de Bacia Hidrográfica. A alteração do art. 38 acrescenta às competências dos Comitês de Bacia Hidrográfica pronunciar-se sobre alterações de vazão em reservatórios regularizadores e fixar o respectivo cronograma de implementação, no âmbito de sua área de atuação.

O art. 2º da proposição adiciona o parágrafo 9º ao art. 4º da Lei nº 9.984, de 17 de julho de 2000, que dispõe sobre a criação da Agência Nacional de Águas (ANA). A modificação obriga a ANA, na definição e na fiscalização das condições de operação de reservatórios por agentes públicos e privados, a seguir o cronograma fixado pelo respectivo Comitê de Bacia Hidrográfica para as alterações de vazão.

O art. 3º determina que a lei entre em vigor na data de sua publicação.

Na CMA não foram apresentadas emendas ao projeto.

II – ANÁLISE

Compete à CMA, nos termos do art. 102-A, inciso II, alínea *d*, do Regimento Interno do Senado Federal, opinar sobre assuntos atinentes à conservação e gerenciamento dos recursos hídricos.

Por se tratar da Comissão incumbida de analisar o projeto em decisão terminativa, cabe a este colegiado igualmente apreciar os aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa da proposição.

Com relação ao mérito, o autor da proposição pondera que a redução ou o aumento da vazão sem regras fixas, de forma centralizada e sem a participação dos usuários tem gerado impactos econômicos e ambientais significativos aos municípios, em especial aos setores ligados ao abastecimento de água e saneamento básico, à produção agrícola e à navegação, bem como às populações ribeirinhas.

Portanto, a proposição busca alterar o regime de outorga de direitos de uso de recursos hídricos com o objetivo de estabelecer a necessidade de consulta prévia ao respectivo Comitê de Bacia Hidrográfica sobre o aumento ou a redução das vazões oriundas de reservatórios regularizadores. Torna, também, obrigatório aos Comitês de Bacia Hidrográfica estabelecer cronograma para a implementação da medida.

Entretanto, consideramos que as questões estratégicas e de interesse nacional, que ultrapassam a delimitação da área da bacia hidrográfica, como aquelas referentes às condições de operação de reservatórios e afetas ao Sistema Interligado Nacional (SIN), deveriam ser deixadas aos órgãos técnicos responsáveis pela fiscalização e operação do setor. Cumpre também notar que várias bacias hidrográficas no Brasil ainda não apresentam Comitês de Bacia implantados ou funcionais.

Cabe ainda enfatizar que o art. 7º da Lei nº 9.984, de 2000, determina que a outorga de aproveitamentos hidrelétricos deve ser emitida após a declaração de reserva de disponibilidade hídrica (DRDH), solicitada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) quando da realização de licitações do potencial de energia hidráulica. No entanto, o *parágrafo único* do art. 26 da Lei nº 9.984, de 2000, instituiu um período de transição de dois anos, durante o qual a DRDH seria emitida pela ANEEL. Desse modo, as outorgas para aproveitamentos hidrelétricos começaram a ser emitidas pela ANA apenas em 2003, estabelecendo condições gerais de operação para atendimento aos múltiplos usos da água. Conforme entendimento da ANEEL, antes de 2003, as outorgas de direito de uso de recursos hídricos estavam embutidas nos respectivos contratos de concessão de aproveitamentos hidrelétricos. Tais contratos não definem condições gerais de operação, voltadas para o uso múltiplo da água, da mesma forma que as outorgas emitidas pela ANA passaram a fazer a partir de 2003.

Portanto, como as outorgas de direito de uso de recursos hídricos estavam embutidas nos respectivos contratos de concessão de aproveitamentos hidrelétricos emitidas pela ANEEL antes de 2003, a alteração do regime de outorga de direitos de uso de recursos hídricos deve

acarretar insegurança jurídica ao setor elétrico. Será, desse modo, necessário alterar o texto da proposição para “alteração da vazão dos reservatórios regularizadores” em vez de “alteração da vazão outorgada dos reservatórios regularizadores”.

Com relação aos aspectos constitucionais, observamos que as modificações introduzidas pelo art. 2º da proposição na Lei nº 9.984, de 2000, que dispõe sobre a criação da ANA, são claramente inconstitucionais, pois afetam as competências de entidade da administração federal indireta cuja alteração é de iniciativa privativa do Presidente da República.

Além disso, salvo melhor juízo, avaliamos que a fixação do cronograma para a implementação da alteração da vazão outorgada nos reservatórios regularizadores contradiz as competências regulatórias e fiscalizatórias que são exclusivas do Estado, estabelecidas pelo *caput* do art. 174 da Constituição Federal, que determina que o Estado exercerá, na forma da lei, as funções de fiscalização, incentivo e planejamento, sendo este determinante para o setor público e indicativo para o setor privado. Cabe enfatizar que os Comitês de Bacia são órgãos mistos, com representantes do governo, da sociedade e do setor privado.

Sendo assim, a alteração da segunda parte do parágrafo 2º do art. 13 da Lei nº 9.433, de 1997, (“...*que fixará o cronograma para implementação da alteração, de modo a preservar o uso múltiplo das águas e promover a conciliação entre as necessidades dos usuários*”); todo o parágrafo 3º incluído pela proposição no mesmo artigo; e a segunda parte do inciso X do art. 38 (“...*bem como fixar o respectivo cronograma de implementação*”) parece-nos inconstitucional.

Como tais aspectos de constitucionalidade são fundamentais, alterações substanciais na proposição são necessárias para a sua aprovação, como a exclusão do art. 2º do projeto, que é claramente inconstitucional, e a supressão dos trechos do art. 1º do PLS nº 265, de 2014, considerados inconstitucionais, bem como as alterações observadas no aspecto de mérito.

III – VOTO

Ante o exposto, votamos pela **aprovação** do Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 265, de 2014, na forma do seguinte substitutivo:

EMENDA Nº - CMA (SUBSTITUTIVO)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 265, DE 2014

Altera a Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997, e a Lei nº 9.984, de 17 de julho de 2000, para determinar que os Comitês de Bacia Hidrográfica sejam ouvidos quando da alteração da vazão dos reservatórios reguladores.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Os arts. 13 e 38 da Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997, passam a vigorar com as seguintes redações:

“**Art. 13.**

.....
§ 1º A outorga de uso dos recursos hídricos deverá preservar o uso múltiplo destes.

§ 2º A alteração da vazão dos reservatórios regularizadores depende de consulta prévia ao respectivo Comitê de Bacia Hidrográfica.”(NR)



SF/15799.78684-78

“Art. 38.

X – pronunciar-se sobre alterações de vazão dos reservatórios
regularizadores.

..... (NR)”

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator

